**A INFLUÊNCIA DO GERENCIALISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Autora: Rosana Sousa Rodrigues

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

[rosanasousa.imp@gmail.com](mailto:rosanasousa.imp@gmail.com)

Coautora: Beatriz Lima de Sousa

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

[biadesousaa@gmail.com](mailto:biadesousaa@gmail.com)

Coautor: André Luís de Sousa Arruda

Graduando em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

[andre\_arruda@outlook.com](mailto:andre_arruda@outlook.com)

Coautor: Geovanea dos Passos de Souza

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

[geovaneapassos13@gmail.com](mailto:geovaneapassos13@gmail.com)

Orientador: Antonio Sousa Alves

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará

Asalves2@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma perspectiva de influência administrativa no âmbito escolar. A partir de analise bibliográfica, verificou-se que o modelo gerencialista de gestão, tem como intenção conciliar princípios, valores e estratégias procedentes da administração privada. Sobretudo, como se organiza a gestão e as políticas educacionais com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), que tem como objetivo regulamentar e ordenar a educação brasileira. Acrescenta-se também a importância da Emenda Constitucional n° 14 de 1996, que possui a finalidade de regularizar e organizar o funcionamento do Estado, definindo os direitos e deveres dos cidadãos. Diante disso, é notório salientar que o setor público tem provenientes características advindas da cultura empresarial competitiva, que vem gradativamente ganhando espaço no âmbito educacional. E para embasar melhor a pesquisa, utilizou-se dentre os autores pesquisados como fundamentação teórica: Libâneo (2004). Constituição Federativa do Brasil de 1988; Saviani (2000). Escola e Democracia.

**Palavras-chave:** Gestão Educacional. Políticas Públicas. Gerencialismo.

**INTRODUÇÃO**

Democracia, estado social e reforma gerencial são instituições que se inter-relacionam. A democracia é um sistema político em que os cidadãos elegem seus dirigentes por meio de eleições periódicas, inclusive a mesma torna-se realidade nos países mais desenvolvidos na virada para o século XX, o estado do bem-estar social se constrói após a Segunda Guerra Mundial nesses mesmos países, e a reforma gerencial do Estado inicia no fim do século XX em apenas alguns desses.

A transição da administração burocrática para a gerencial, que aconteceu em meados de 1980, foi uma resposta clara e objetiva, já que objetivava aumentar a eficiência dos grandes serviços sociais de educação, saúde e previdência social que o Estado passara a exercer. É notório salientar que a administração pública gerencial é um fator de legitimação política do estado social. Além disso, existe uma relação dialética entre o estado social e a reforma gerencial, pois a constituição do estado social, ao implicar um grande aumento da organização estatal exige que sua gestão seja mais eficiente; inclusive a reforma gerencial ao contribuir para essa maior eficiência, tem um papel importante na legitimação das ações do Estado.

Assim, a reforma gerencial da administração pública no Brasil traçou as diretrizes fundamentais da modificação da relação entre Estado, governo e sociedade quando propôs uma modificação da organização do aparelho de Estado e a utilização de novos instrumentos de gestão pública. (BRESSER-PEREIRA,2009)

Então Bresser Pereira assumiu a condução da reforma na administração pública brasileira que realizou inúmeras mudanças organizacionais e institucionais para o aparelho de Estado Brasileiro. Além disso houve uma substituição da gestão pública burocrática pela “administração pública gerencial”, transformando organizações e retirando a autonomia de execução que os Estados possuíam.

Assim também o plano diretor da reforma do aparelho do Estado, definiu importantes objetivos e diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. Dentre as diretrizes, pode-se citar o fortalecimento do estado como agente regulador. O modelo gerencial surge como um estímulo para os resultados de um passado caracterizado pelo clientelismo, patrimonialismo e nepotismo, tendo como referência países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O plano pretende reformular a máquina estatal, interferindo em esferas públicas e privadas. Inclusive no que se refere a esfera pública, o governo interferiu no plano de definição de tetos únicos para servidores, objetivando a asseguração de aposentadorias em idades razoáveis.

A reforma do Estado é um tema atual e diversificado com profundas implicações nas estruturas políticas, econômicas, institucionais e sociais em todas as sociedades. Esteve na agenda dos países da América Latina durante a década de 1990. De acordo com Bresser-Pereira (1998) antes da Reforma Gerencial de 1995, o Brasil conheceu duas outras reformas administrativas. A primeira delas ocorreu durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, conhecida como a reforma burocrática, quando o País configurou uma modernização autoritária que objetivou a desconstrução do estado oligárquico, começando um novo ciclo de um movimento modernizador.

Logo a reforma empreendida por Vargas gerou a iniciativa vanguardista do modelo mecanicista de governo, e está interligado com o conceito de burocracia weberiana, pois este teve seu desenvolvimento embasado no patrimonialismo. Em seguida estava o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que desempenhou os princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica, produzindo políticas públicas em larga escala. Diante dessa concepção o governo é um instrumento guiado por regras e regulamentos.

De acordo com Bresser-Pereira (1998), a segunda reforma administrativa foi chamada de reforma desenvolvimentista de 1967 que considerou os princípios burocráticos um obstáculo para o País. Houve, portanto, uma tentativa de modernização gerencial da administração pública que buscou superar a rigidez burocrática com meios a adotar a máquina pública que possui maior agilidade, para que o Estado Nacional Desenvolvimentista dos militares pudesse concretizar suas ideias.

Enfim, as duas reformas descritas formaram as bases fundamentais da estrutura burocrática do Estado Brasileiro, e ainda estabeleceram um caráter predominantemente autoritário que foi considerada uma característica marcante.

Para uma melhor compreensão acerca das reformas na década de 1990 no Brasil, é indispensável o entendimento da crise do Estado. Dessa forma os Estados se colocam diante da necessidade de adaptação dessa nova realidade política e econômica. O Brasil sofreu devidos sucessivos déficits públicos que conduziram o País a uma redução das taxas de crescimento econômico, gerando o aumento nos índices de desemprego aumentando os índices inflacionários, pois o Estado não suportava mais o peso da demanda que lhe era dirigida pelos setores do governo e da sociedade.

Para concretizar essas mudanças, foi proposta uma ampla reforma subsidiada em vários setores, articulada por um órgão específico, o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que surgiu em 1995 com a transformação da secretaria da administração da presidência da república em ministério.

A nova administração pública propõe um modelo pós-burocrático de gestão e vem em busca de respostas as novas e mais complexas demandas econômicas e sociais, denominando-se inovadora, flexível e com foco nos resultados. Alguns conceitos que classificam esse modelo de gestão são centrais como a eficácia, a efetividade e a eficiência.

O primeiro refere-se ao real objetivo desempenhado pela administração pública, devendo estar sincronizado com as demandas sociais, tanto quantitativas como qualitativas focando no objetivo do serviço público. O segundo liga-se aos impactos e efeitos de médio e longo prazo, e está relacionado a um contexto mais amplo de necessidade de consciência política. O terceiro se refere ao uso racional dos recursos públicos, ou seja, fazer mais com menos potencializando as receitas orçamentárias.

Assim na visão de Bresser Pereira, a carta magna de 1988 merece a identificação de “retrocesso burocrático”, pois representou uma atitude defensiva da alta burocracia que afirmou seus privilégios corporativistas e patrimonialistas, reforçando a força centralizadora que compõem o sistema burocrático.

Nesse sentido, a reforma do Estado em linhas gerais introduz uma reforma no aparelho de Estado, visando um ajuste fiscal e a redução do excesso de quadros no funcionalismo público, buscava uma modernização e mais eficiência no atendimento ao cidadão. O ajuste fiscal seria feito com base na exoneração por excesso de quadros e modificação no sistema previdenciário, enquanto a modernização se daria diante do fortalecimento do núcleo do Estado. Além disso, podemos destacar as privatizações que visavam substituir o Estado no setor de bens e serviços onde o mesmo realizaria o controle e as instituições privadas, a administração. A reforma no Brasil ainda é limitada por muitos condicionantes que enfatizam a origem da formação do Estado Brasileiro, por isso o mesmo deve tornar-se mais eficiente através do aperfeiçoamento da gestão pública.

**GESTÃO EDUCACIONAL**

Faz-se necessário compreender brevemente os conceitos sobre as tendências pedagógicas, para melhor compreensão da gestão escolar. Quando se fala a respeito de pedagogia liberal, logo subentende-se que tais palavras remetem a um sentido de avanço, democracia ou liberdade. Todavia, a pedagogia liberal possui um caráter próprio, uma doutrina que justifica o sistema do capitalismo. A mesma sustenta uma ideia na qual o indivíduo deve se adaptar as normas da sociedade através do desenvolvimento cotidiano e cultural.

Pedagogia liberal dá bastante ênfase no aspecto cultural dos indivíduos, tratando todos de formal igual, todavia, cada pessoa possui sua identidade cultural, e tratar todos de maneira igual esconde a realidade de sua classe. Embora se acredite na igualdade de todos, pouco se leva em consideração sobre a desigualdade das condições individuais.

A tendência liberal tradicional possui o objetivo de preparar o indivíduo para executar um papel na sociedade de uma forma que enalteça os valores intelectuais e morais do aluno, mas também possui o compromisso de desenvolver a cultura e trabalhar a resolubilidade de problemas que atingem a sociedade. Acredita ainda que o caminho para a cultura tem ligação com o saber, desta forma os que menos sabem devem se esforçar para suprir seu défice, já os menos capazes devem se preocupar mais com os cursos profissionalizantes.

Tendência liberal renovada progressista possui a ideia que, se assimila com maior eficiência se o aluno aprender fazendo. No que se refere a esse tipo de metodologia, vale ressaltar Dewey que possui a ideia de que o pensamento era um instrumento para a resolução de problemas reais, o mesmo acreditava que deveria se educar a criança como um todo, o que importa é o crescimento físico, emocional e intelectual. Já Decroly acreditava que as crianças apreendem o mundo com base em uma visão de um todo, que posteriormente pode se organizar em partes, ou seja, que vai do caos à ordem.

Os passos básicos do método da tendência liberal renovada é: expor o aluno a uma situação de interesse, tal situação dever ser desafiadora com um estímulo de resolução, o aluno deve ter o interesse de pesquisar alguma solução para o problema, uma medida deve ser adotada para contornar a situação, a ajuda do professor pode ser de suma importância para nortear o mesmo quanto a decisão a tomar, e por fim, deve-se questionar quanto o método usado para desfazer o problema e indagar se tal feito pode repercutir positivamente na sua vida futura.

A escola tem expandido seu papel, aumentando tanto o dever de reunir e socializar saberes científicos como o de formar indivíduos para exercer cidadania e inseri-los no mercado de trabalho. Dessa forma, a escola tornou-se o ambiente com principal objetivo de formação de pessoas. Nesse ponto de vista, segundo Libâneo et al. (Educação Escolar: políticas, estrutura e organização, 2007, p. 315):

(...) seus objetivos dirigem-se para a educação e a formação de pessoas; seu processo de trabalho tem uma natureza eminentemente interativa, com forte presença das relações interpessoais; o desempenho das práticas educativas implica uma ação coletiva de profissionais; o grupo de profissionais tem níveis muito semelhantes de qualificação, perdendo relevância as relações hierárquicas; os resultados do processo educativo são de natureza muito mais qualitativa que quantitativa; os alunos são ao mesmo tempo, usuários de um serviço e membros da organização escolar.

Vê-se que cada Escola exerce missão significativa tendo em consideração o 2° artigo da Lei de diretrizes e Bases da Educação, que diz (...) “a missão de cada Escola, de cada gestor, de cada professor, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho”. Significa que a escola tem uma ampla tarefa a cumprir a fim de ter sucesso nas dimensões a serem trabalhadas, para alcançar a integridade humana. Para isto, a administração escolar precisar ter conhecimento das incumbências aos estabelecimentos de ensino, elencados na lei 9.394/96 no seu Art. 12:

**I** - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

**II** - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

**III** - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

**IV** - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

**V** - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

**VI** - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

**VII** - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Como consequência do processo de redemocratização do país, que se iniciou na década de 1980, a escola passou por várias mudanças, principalmente da perspectiva administrativa, tendo em conta que a escola “define-se como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e de processos organizativos próprios, a fim de alcançar objetivos educacionais”. (LIBÂNEO 2007, p. 316).

A Constituição de 1988 e a LDB de 1996, explicitam a liberdade da instituição de ensino no sentido de elaborar sua própria proposta pedagógica, organização, estrutura e funcionamento. Desde então, houve diversas mudanças no ponto de vista que se refere a administração no ambiente escolar, aparecendo alteração no conceito de administração para o de gestão escolar, dando sentido de maior participação dos envolvidos no processo educacional escolar. Então, segundo Libâneo (op.cit. p. 323): “a organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos”.

**O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA**

No que se refere o sistema de organização e gestão da escola se faz necessário conhecer os seguintes itens: concepções de organização e gestão escolar; elementos constitutivos do processo organizacional; a estrutura organizacional da escola. (LIBÂNEO, 2001)

A organização de uma escola é tomada pela realidade, técnica e objetiva que funcionam racionalmente, dessa forma é planejada e controlada para que se alcance os melhores índices e a maior eficiência. As escolas costumam obedecer aos sistemas de hierarquia onde o poder é centralizado nas mãos daqueles que organizam, e há baixo grau de participação das pessoas que fazem parte da equipe de organização. As tomadas de decisões emanam dos cargos mais elevados, caracterizando de tal maneira, um efeito onde a ação se dá de cima para baixo. (LIBÂNEO, 2001)

Sobre outra perspectiva, deve-se levar em consideração que a escola não se resume somente em organização ou um conjunto que unifica pessoas, mas, é recomendado que se tenha uma visão de que a escola tem uma grande responsabilidade em desenvolver interações sociais e sócio-políticas, auxiliando assim, a construção social de professores, alunos, pais e comunidade. (LIBÂNEO, 2001)

Para que se entenda como funciona a gestão escolar deve-se levar em consideração três concepções de organização: técnica-científica, autogestionária e a democrática participativa. (LIBÂNEO, 2001)

A concepção técnica-cientifica está relacionado a hierarquia de cargos e funções, visando as funções e a otimização dos afazeres escolares. Algumas de suas características são: Poder centralizado do diretor; detalhamento de funções delegadas assim como divisão do trabalho; destaque nas competências administrativas, assim como regras, normas e assuntos burocráticos; as ordens vêm de cima para baixo. (LIBÂNEO, 2001)

A concepção autogestionária busca a responsabilidade coletiva, desta forma a ausência da centralização do poder se tona irrelevante, pois a tomada de decisões, o direito de participação é igual para todos. Algumas de suas características são: decisões coletivas; destaque nas inter-relações; eliminação de qualquer tipo de centralização de poder; foco na auto-organização e execução de tarefa do grupo. (LIBÂNEO, 2001)

Concepção democrática-participativa defende a coletividade na tomada de decisões, todavia após a tomada da decisão cada indivíduo tem de assumir sua função no trabalho. Algumas dessas características são: competência profissional; direção participativa; boa articulação da direção com os afazeres que relacionam pessoas que se relacionam com a escola; melhora na qualidade da prestação de serviço mediante a coleta de informações reais; todos avaliam e são avaliados, todos dirigem e são dirigidos. (LIBÂNEO, 2001)

Nos dias que correm, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por várias ideias nas quais dizem que a escola não é uma estrutura completamente objetiva ou mensurável, mas que para intensificar sua ação é necessário a experiência de pessoas e de suas interações sociais. (LIBÂNEO, 2001)

A construção de uma escola não depende somente da estrutura de uma organização interna, mas também se faz necessário levar em consideração aspectos pedagógicos, financeiros e administrativos. Sua composição não está simplesmente estabelecida por um corpo de docentes, mas se faz importante a presença dos especialistas em educação, funcionários, alunos e pais. Algumas escolas já possuem um Conselho de Escola que é comumente chamado de colegiado onde são debatidos assuntos internos e sua forma de poder se dá pela democratização. (LIBÂNEO, 2001)

A Constituição Federal de 1988 retrata o princípio da gestão democrática do ensino público, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/96) reafirma que a organização é um dos subsídios da educação Brasileira. Esses princípios se dividem em dois elementos, o primeiro é a participação dos docentes no planejamento do projeto pedagógico da escola, e o segundo a participação da comunidade escolar, como também local nos conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1988)

Promover uma articulação entre escola e a comunidade é de fundamental importância, visto que, esse órgão não deve ser isolado no seu contexto global já que o processo de organização precisa estar presente nas ações a serem desenvolvidas, e por sua vez, direcionadas para as necessidades da comunidade. Nesse contexto, é necessário que haja condições que proporcione tal participação, sendo que, a escola é um ambiente coletivo onde deve ser democrático promovendo assim, a articulação entre a escola e a comunidade.

**GERENCIALISMO E GESTÃO**

O termo gerencialismo é utilizado pelos estudiosos da área educacional para relatar a admissão de “ferramentas” do modelo de gestão empresarial na organização escolar, que teve sua origem no chamado “Nova Gestão Pública”. Tal modelo surgiu na década de 1980, nos governos de Ronald Reagan, nos EUA, e de Margareth Thatcher, na Inglaterra.

O marco do modelo gerencial foram os fatos históricos envolvidos nesse período, como a forma que ele se estabeleceu no Brasil na década de 1990, e como essas transformações ocorreram no final do século XX, onde as tecnológicas de informação e comunicação tiveram um grande avanço, principalmente no âmbito da educação. Tendo em vista a necessidade de adaptação às mudanças ocorridas no mundo e na sociedade, gestores e estudiosos tem buscado implementar novas práticas de gestão que visam a melhoria dos serviços ofertados.

No sistema educacional brasileiro o gestor tem uma função essencial, pois mais do que impor a sua forma de liderar, ele deve acolher a equipe de professores e oferecer os instrumentos necessários para que cada um possa desenvolver novas soluções em prol da aprendizagem dos estudantes.

“nessa perspectiva, o gestor deveria assumir funções não só de captação e administração de recursos, mas a responsabilidade pelo gerenciamento de professores, ser gestor das escolhas e responsável pelos acontecimentos previsíveis e imprevisíveis. Em suma, atribui-se ao gestor educacional a responsabilidade de gerir os casos e os acasos, as emoções, os conflitos, as crises e o caos (SHIROMA e CAMPOS, 2006, p.)”.

Segundo Abrucio (1997), as Principais Bases Conceituais do Gerencialismo são a questão ideológica, o modelo de gestão weberiano e o gerencialismo como doutrina flexível e aberta. Quanto à questão ideológica, na revisão de literatura realizada neste trabalho foram identificados dois pontos de vista.

O primeiro ponto de vista destaca que as reformas administrativas implementadas no mundo contemporâneo, que atingiram a maioria dos países do mundo, em especial os países em desenvolvimento, foram determinadas pelo Consenso de Washington, tendo um cunho neoliberal. Esta reunião tinha como objetivo discutir as reformas necessárias para a América Latina como um dos seus planos de ação: o equilíbrio fiscal. (MATIAS-PEREIRA, 2008; CREMONESE, 2009).

O segundo ponto defende que, mesmo as ideias de reforma gerencial tendo surgido em países de governos neoliberais (Thatcher e Reagan), este modelo não se restringe apenas a este contexto. Estas reformas buscam meios de promover maior eficiência e eficácia das atividades do setor público, através de modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controlar o orçamento e serviços públicos direcionados às preferências dos cidadãos, métodos típicos do gerencialismo, que hoje são parâmetros fundamentais a partir dos quais diversos países, de acordo com as suas condições locais, modificam as antigas estruturas administrativas. (ABRUCIO, 1997; BRESSER-PEREIRA, PACHECO, 2005;)

O modelo de gestão burocrático weberiano não consegue mais atender as novas demandas da sociedade contemporânea, que se tornaram mais complexas nas últimas décadas, resultando em ineficiência, morosidade, estilo autor referencial, concentrado no processo, e no deslocamento das necessidades dos cidadãos.

A partir dos anos 80, durante a crise do modelo burocrático desencadeada pela morosidade e ineficiência dos serviços públicos, houve uma exigência de mudanças no setor por parte dos cidadãos, e desde então, tenta-se melhorar as políticas de gestão pública, trazendo novas práticas vindas do setor privado e implantadas em todos setores governamentais que buscam a eficácia em seus processos.   
E a partir deste contexto que o modelo gerencial passa a preencher o espaço teórico e prático, absorvendo as principais proposições da opinião pública. As que mais se destacam são: o controle dos gastos públicos e a demanda pela melhoria da qualidade dos serviços públicos. (ABRUCIO, 1997; BRESSER-PEREIRRA, 1998; SECCHI, 2009).

A experiência inglesa tem como abordagem o modelo gerencial puro, foi o primeiro a ser implantado na Inglaterra a partir da eleição do governo conservador de Margareth Thatcher. Este modelo estava mais direcionado à redução de custos e ao aumento da eficiência e produtividade do serviço público. (ABRUCIO, 1997).

Uma das mudanças ocorridas na busca da flexibilização da gestão pública foi a passagem da lógica do planejamento para a lógica da estratégia. Na lógica da estratégia, “são levadas em conta as relações entre os atores envolvidos em cada política, de modo a montar cenários que permitam a flexibilidade necessária para eventuais alterações nos programas governamentais. “(ABRUCIO, 1997).

O fato de cada uma das vertentes ocuparem um dos extremos do debate, reflete a clássica dicotomia entre a política e a administração que circunda a gestão pública. Além disso, a análise realizada revelou que a vertente societal não tem propostas completamente acabadas para as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa, e que a vertente gerencial lida com a dimensão sócio política predominantemente no âmbito do discurso.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante deste estudo podemos salientar que as configurações das políticas educacionais atuais, levam à compreensão de práticas educativas que viabilizam a gestão gerencial, especialmente, no decorrer dessas duas décadas de vigência da LDB/1996. O Estado, por meio de sua reestruturação, implementou políticas de avaliação em larga escala, evidenciando a eficiência, a eficácia e a produtividade.

Assim, as políticas gerenciais surgiram como meios de concretizar o sucesso escolar, tendo a qualidade da educação como requisito no discurso da modernização da gestão pública gerencial. Neste contexto, a ressignificação dada à descentralização, autonomia e à participação, configura-se em aspectos presentes nos acordos nacionais e internacionais para a efetivação de uma escola autônoma e eficiente.

Nesse sentido, a participação de todos os envolvidos no sistema educacional, como gestão, docentes, discentes, pais e comunidade são de fundamental importância na formulação de propostas para a consolidação da gestão democrática na escola pública, também a presença de diferentes setores da sociedade na construção de um modelo de educação pautada na configuração social, cultural e política do local em que a escola está inserida.

Dessa forma, afim de romper práticas que centralizam apenas na equipe gestora, que na maioria das vezes tem o poder de decidir as ações da escola a partir de seu projeto político-pedagógico (PPP), é importante que “uma escola mais democrática, é por definição, uma escola mais autônoma e participativa”. Assim, considera-se a importância de todos no processo de elaboração do PPP, pois, a partir dessa referência, a escola compromete-se com um determinado tipo de educação, o que resultará em ações favoráveis ao contexto escolar.

Desta maneira, gestores, pais, professores, profissionais da educação, alunos, comunidade local formam um conjunto para planejar, vivenciar e avaliar as ações para o cotidiano escolar, visto que a escola não é uma instituição isolada da sociedade, mas, parte importante para a compreensão de seu papel em meio aos trabalhos desenvolvidos.

Partindo desse contexto, Lima (2006, p. 31) ressalta que a descentralização educativa, a autonomia da escola e a participação democrática assumem um sentido político e cívico incompatível com o modelo gerencialista. Os movimentos sociais e os educadores, no entanto, defendem uma educação pública, laica, inclusiva, democrática e referenciada socialmente, por meio da participação dos diferentes segmentos, da efetivação do conselho escolar autônomo e deliberativo, no qual se favoreça aprendizagens coletivas mediante a intervenção política, cultural, social e educacional na organização administrativa, pedagógica e financeira da escola pública.

Então, mesmo tendo uma LDB/1996 que regulamenta a concepção de gestão que deve ser vivenciada nas escolas públicas, gestão democrática, as políticas educacionais apresentam contradições ao evidenciar uma concepção de gestão na lógica empresarial gestão gerencial, com determinação do mercado, acionando os diferentes participantes a competir, em quebra da transformação da escola em espaço solidário, humanitário e correspondente com práticas inclusivas. Eis, portanto, o desafio da educação em que os indivíduos têm que se adaptarem as normas da sociedade através do desenvolvimento cotidiano e cultural.

Portanto, devemos levar em consideração que o papel da escola não se resume apenas na organização, mas com grandes responsabilidades em desenvolver interações sociais e sócio-políticas, auxiliando assim a construção social de professores, pais e comunidade.

**REFERÊNCIAS**

Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e a gestão Social, RAE, Revista de Administração de Empresa, vol.45 n1 jan-mar, 2005. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol45-num1-2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social>. Acesso em 19/06/2018.

Administração Pública no Brasil: O gerencialismo. Disponível em: . <http://www.politize.com.br/gerencialismo-administracao-publica>. Acesso em 19/06/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília 1988.

BRESSER-PEREIRA**. L.C da administração pública burocrática e gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria. **Teorias da administração.** Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpar/article/view/19239>. Acesso em 19/06/2018.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública. A pedagogia crítico- social dos conteúdos.** 19° Ed. Coleção educar. Edições Loyola. São Paulo 2003.

LIBÂNEO, José Carlos**. Organização e gestão da escola. Teoria e prática.** 4°Ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MENDES, Sanayra da Silva. **O gerencialismo, reforma do estado e da educação no Brasil.** Disponível em: [https://periódicos.ufrn.br/educacaoemquestão/article/view/5774/4598](about:blank). Acesso em 19/06/2018.

ROMAO, José. **Diretrizes escolares e gestão democrática da escola.** São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Ro.Gerencialismo um novo caminho para a administração pública. Disponível em: <http://etceteraomnia.blogsport.com/2012/03/gerencialismo-um-novo-caminho-para.html>. Acesso em 19/06/2018.